



Serra de Ibiapaba  
Transmissora de  
Energia S.A.

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024

## Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	
Relatório da administração	3
<b>Relatório dos auditores independentes</b>	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
<b>Demonstrações financeiras</b>	
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	
<b>Base de preparação</b>	
1. Contexto operacional	14
2. Base de preparação	15
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	15
4. Uso de estimativas e julgamentos	15
<b>Políticas contábeis</b>	
5. Base de mensuração	15
6. Políticas contábeis materiais	16
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	20
<b>Ativos</b>	
8. Títulos e valores mobiliários	20
9. Concessionárias e permissionárias	21
10. Ativo de contrato	21
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>	
11. Fornecedores	21
12. Financiamento e debêntures	22
13. PIS e COFINS diferidos	24
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	24
15. Contingências	25
16. Patrimônio líquido	25
<b>Desempenho do ano</b>	
17. Receita operacional líquida	26
18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	27
19. Resultado financeiro	28
<b>Tributos sobre o lucro</b>	
20. Imposto de renda e contribuição social	28
<b>Outras informações</b>	
21. Transações com partes relacionadas	29
22. Gestão de riscos financeiros	29
23. Cobertura de seguros	32

## Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

### 1. Mensagem da administração

A administração da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

### 3. Principais acontecimentos no exercício

#### (a) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 120.163, um incremento de 4,23% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 de R\$ 115.290, decorrente principalmente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

#### (b) Dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia pagou um montante de R\$ 94.011 referente a dividendos.

#### (c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2024 e 2023 foi 99,94% e 99,97%, respectivamente.

#### (d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R\$ 17.514 de principal e R\$ 13.421 de juros, sendo R\$ 14.996 e R\$ 5.030 do financiamento e R\$ 2.518 e R\$ 8.391 das debêntures, respectivamente.

#### (e) Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 145. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

#### **4. Governança corporativa**

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

##### **(a) Diretoria**

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

##### **(b) Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal, não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

#### **5. Declaração da Diretoria**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos acionistas da

### Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.3 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo.</p> <p>A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;</li><li>ii) a verificação se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;</li><li>iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e</li><li>iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

## Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		184	157
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	21.714	50.043
Concessionárias e permissionárias	9	11.601	10.957
Ativo de contrato	10	109.970	105.740
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.451	7.322
Outros impostos e contribuições a recuperar		57	209
Despesa antecipada	12 (c)	3.067	-
Outros ativos		2.402	8.065
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>154.447</b>	<b>182.493</b>
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	22.341	20.610
Ativo de contrato	10	1.396.627	1.375.259
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.418.968</b>	<b>1.395.869</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.418.968</b>	<b>1.395.869</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.573.415</b>	<b>1.578.362</b>
Fornecedores	11	6.585	6.677
Financiamento	12	25.174	20.506
Debêntures	12	4.381	2.916
Salários e encargos a pagar		791	604
Outros impostos e contribuições a recolher		1.429	2.627
Pis e Cofins diferidos	13	9.700	9.326
Dividendos	21 (c)	7.714	6.314
Encargos setoriais		1.658	1.214
Contas a pagar		-	8.099
Outros passivos		5.210	11.094
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>62.642</b>	<b>69.377</b>
Financiamento	12	793.730	750.986
Debêntures	12	132.545	129.220
Pis e Cofins diferidos	13	128.663	126.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	178.901	162.162
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.233.839</b>	<b>1.169.120</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>1.296.481</b>	<b>1.238.497</b>
Capital social	16 (a)	161.600	161.600
Dividendo adicional proposto	16 (c)	23.143	17.698
Reserva de lucros	16 (b)	92.191	160.567
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>276.934</b>	<b>339.865</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.573.415</b>	<b>1.578.362</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

		2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>17</b>	<b>142.952</b>	<b>105.644</b>
Custos operacionais	18 (a)	(13.629)	(12.519)
<b>Lucro bruto</b>		<b>129.323</b>	<b>93.125</b>
Despesas gerais e administrativas	18 (b)	(693)	(671)
Provisão para perda de crédito esperada	9	(231)	(705)
Outros		(338)	(612)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.262)</b>	<b>(1.988)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>128.061</b>	<b>91.138</b>
Receitas financeiras		9.374	15.414
Despesas financeiras		(88.214)	(68.694)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>19</b>	<b>(78.840)</b>	<b>(53.280)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>49.221</b>	<b>37.858</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(1.172)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16.740)	(8.445)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>20</b>	<b>(16.740)</b>	<b>(9.617)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>32.481</b>	<b>28.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	32.481	28.241
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>32.481</b>	<b>28.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Lucros a realizar	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>161.600</b>	<b>9.737</b>	-	<b>29.262</b>	<b>210.552</b>	-	-	<b>411.151</b>
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(29.262)	(64.366)	-	-	(93.628)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	28.241	28.241
Reserva legal	16 (b)	-	1.412	-	-	-	-	(1.412)	-
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	3.232	-	-	-	(3.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	-	-	(5.899)	(5.899)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	-	17.698	(17.698)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>161.600</b>	<b>11.149</b>	<b>3.232</b>	-	<b>146.186</b>	<b>17.698</b>	-	<b>339.865</b>
Pagamentos de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	(70.000)	(17.698)	-	(87.698)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	32.481	32.481
Reserva legal	16 (b)	-	1.624	-	-	-	-	(1.624)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	-	-	(7.714)	(7.714)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	-	-	23.143	(23.143)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>161.600</b>	<b>12.773</b>	<b>3.232</b>	-	<b>76.186</b>	<b>23.143</b>	-	<b>276.934</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		32.481	28.241
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	16.740	8.445
- Imposto de renda e contribuição social correntes	20	-	1.172
- Provisão para perda de crédito esperada	9	231	705
- Pis e Cofins diferidos		2.284	(815)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(9.339)	(15.604)
- Juros, correção monet. e custo de transação s/ debêntures e financiamento	12	83.137	68.346
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	-	37.317
- Ativo de contrato - remuneração	10	(131.337)	(130.821)
		<b>(5.803)</b>	<b>(3.014)</b>
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(875)	(523)
- Ativo de contrato	10	105.739	101.483
- Impostos e contribuições a recuperar		1.871	(3.990)
- Outros impostos e contribuições a recuperar		152	123
- Despesa antecipada		(3.067)	-
- Outros ativos		5.663	(4.039)
- Fornecedores		(92)	(2.697)
- Salários e encargos a pagar		187	221
- Outros impostos e contribuições a recolher		(640)	1.034
- Encargos setoriais		444	424
- Contas a pagar		(8.099)	(3.054)
- Outros passivos		(5.884)	6.670
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>89.596</b>	<b>92.638</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(558)	(1.192)
Debêntures - pagamento de juros	12	(8.391)	(8.066)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(5.030)	(3.656)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>75.617</b>	<b>79.724</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(189.399)	(126.414)
Títulos e valores mobiliários - resgates		225.335	175.702
<b>Caixa proveniente das atividades de investimento</b>		<b>35.936</b>	<b>49.288</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Financiamentos - pagamento de principal	12	(14.996)	(14.052)
Financiamentos - custo de transação	12	-	(11.423)
Debêntures - pagamento de principal	12	(2.518)	(1.976)
Pagamento de dividendos	21 (c)	(94.012)	(101.504)
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(111.526)</b>	<b>(128.955)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>27</b>	<b>57</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157	100
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>184</b>	<b>157</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. (Celeo Renováveis).

### 1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão N° 02/2018 (Contrato) tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados do Piauí e Ceará, compostas pela: (i) linha de transmissão Parnaíba III – Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú II – Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú II e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II – Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II – Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri – Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R)2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São ainda de responsabilidade da transmissora: a implementação de dois trechos de Linha de Transmissão em 500 kV, circuitos simples, compreendido entre a Subestação Tianguá II e os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão em 500kV Teresina II – Sobral III, segundo circuito, as entradas de linha correspondentes na Subestação Tianguá II, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Teresina II e Sobral III.

Os equipamentos com as respectivas garantias de seus fornecedores e instalações descritos na Subcláusula anterior deverão ser transferidos sem ônus à concessionária de transmissão da linha seccionada, Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN), conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL no 67, de 8 de junho de 2004.

Em 08 de novembro de 2021 a Companhia obteve o termo de liberação definitivo e entrou em operação comercial na sua totalidade, e passou a receber 100% da receita anual permitida.

O Contrato foi assinado no dia 8 de março de 2018 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 8 de março de 2048.

### 1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348 de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 120.163 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 em conjunto com Despacho nº 4.675 de 5 de dezembro de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 115.290 para o ciclo de 2023-2024). Um aumento aproximado de 4,23%, decorrente principalmente do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

### **1.3 Revisão Tarifária Periódica**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2023-2024 e as próximas revisões estão previstas para o ciclo 2028-2029, 2033-2034, 2038-2039, 2043-2044 e 2048-2049.

## **2 Base de preparação**

---

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de abril de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

---

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

---

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.3) e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda esperada de crédito (nota explicativa 22) e reconhecimento de provisões para passivos contingentes (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **5 Base de mensuração**

---

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 6 Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não são aplicáveis.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

### 6.1 Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante

Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.

### 6.2 Instrumentos financeiros

#### (a) Classificação e mensuração

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

**(i) Custo amortizado**

Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

**(ii) VJR**

Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

**(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros**

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

### **6.3 Ativo de contrato**

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

**i. Reconhecimento de receita de construção**

Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é de 35% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

**ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção**

Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.

**iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido**

Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 9% definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

## 6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 6.5 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 6.6 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## 7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

## 8 Títulos e valores mobiliários

### i. Circulante

A Companhia aplica a totalidade dos seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). Em 31 de dezembro a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,19% (100,7% em 31 de dezembro de 2023) do DI com vencimento entre maio de 2025 e dezembro de 2025.

A diminuição observada no exercício refere-se ao desembolso do financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Veja nota explicativa 12.

### ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes a 2,61% do valor efetivamente desembolsado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a totalidade dos recursos está aplicada no fundo de investimento "BNB Conta Reserva FIC FI Renda Fixa Referenciado DI" do banco BNB. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 9,92% (12,09% em 2023).

## 9 Concessionárias e permissionárias

		2024	2023
A vencer		10.253	10.671
Até 3 meses		986	61
De 3 a 12 meses		362	225
Acima de 12 meses		936	705
Provisão para perda de crédito esperada	(a)	(936)	(705)
		<b>11.601</b>	<b>10.957</b>

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

<b>Em 31 de dezembro de 2023 e 2022</b>		<b>(705)</b>	<b>-</b>
Adições		(231)	(705)
<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>		<b>(936)</b>	<b>(705)</b>

## 10 Ativo de contrato

<b>Em 31 de dezembro de 2023 e 2022</b>		<b>1.480.999</b>	<b>1.488.978</b>
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	(a)	-	(37.317)
Remuneração do ativo de contrato		131.337	130.821
Recebimentos		(105.739)	(101.483)
<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>		<b>1.506.597</b>	<b>1.480.999</b>

- (a) Conforme nota explicativa 1.3, em 2023 a RAP da Companhia foi reajustada em razão da Revisão Tarifária Periódica (RTP), impactando o ativo de contrato e o resultado em R\$ 37.317.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Circulante	109.970	105.740
Não circulante	1.396.627	1.375.259
	<b>1.506.597</b>	<b>1.480.999</b>

## 11 Fornecedores

		2024	2023
Materiais e serviços		6.022	6.206
Partes relacionadas	(i)	563	471
		<b>6.585</b>	<b>6.677</b>

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 21 (a).

## 12 Financiamento e debêntures

		Financiamento		Debêntures	
Financiamento e debêntures	(a)	818.548	784.626	140.202	136.011
Custo de transação	(b)	(47.056)	(37.638)	(8.066)	(8.543)
<b>Em 31 de dezembro de 2023 e 2022</b>		<b>771.492</b>	<b>746.988</b>	<b>132.136</b>	<b>127.468</b>
Juros		54.416	51.630	15.221	14.233
Custo de transação		10.641	(11.423)	-	-
Amortização - principal		(14.996)	(14.052)	(2.518)	(1.976)
Amortização - juros		(5.030)	(3.656)	(8.391)	(8.066)
Amortização - custo de transação	(b)	2.381	2.005	478	478
Financiamento e debêntures	(a)	852.938	818.548	144.514	140.202
Custo de transação	(b)	(34.034)	(47.056)	(7.588)	(8.066)
<b>Em 31 de dezembro de 2024 e 2023</b>		<b>818.904</b>	<b>771.492</b>	<b>136.926</b>	<b>132.136</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	25.174	20.506	4.381	2.916
Não circulante	793.730	750.986	132.545	129.220
	<b>818.904</b>	<b>771.492</b>	<b>136.926</b>	<b>132.136</b>

### i. Estrutura da dívida

#### (a) Financiamento

No dia 22 de agosto de 2019 a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, destinados à implantação do sistema de transmissão. O contrato consiste em dois subcréditos, o primeiro no valor de R\$ 601.033 e o segundo no valor de R\$ 44.967, totalizando o valor de R\$ 646.000. O último desembolso foi no montante de R\$ 12.877 e aconteceu em abril de 2022. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e Juros Básicos Fixos (JBF) à taxa média de 1,8512% a.a. O pagamento dos juros remuneratórios e das parcelas de principal teve início em outubro de 2022 e seu vencimento será em setembro de 2043.

#### (b) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de novembro de 2020 destinados à implantação do sistema de transmissão. O valor total captado foi de R\$ 116.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 11 de dezembro de 2020. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,90% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal das debêntures serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento dos juros em 15 de maio de 2021 e a primeira amortização do principal em 15 de novembro de 2022, e o último pagamento dos juros e da amortização será efetuado na data de vencimento em 15 de novembro de 2040.

### ii. Estratégia para a contratação da dívida

Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.

### iii. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2026	21.532	4.105
Em 2027	23.343	5.423
Em 2028	25.258	7.789
A partir de 2029	723.597	115.229
	<b>793.730</b>	<b>132.545</b>

### iv. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir: (a) Deixe de cumprir qualquer obrigação estabelecida no contrato e não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis para as obrigações pecuniárias ou 30 (trinta) dias corridos para as obrigações não pecuniárias; (b) Sofra protesto de dívida líquida e certa, em valor global, superior a R\$ 5.000; (c) Uma vez efetivada sua entrada em operação comercial, suspender suas atividades por mais de 60 (sessenta) dias corridos; (d) Venha a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito; (e) Remova os bens financiados, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, exceto para a constituição de garantias em favor dos bancos que irão emitir a Fiança Bancária; (f) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; e (g) Altere o controle acionário sem prévia e expressa anuência do BNB. (h) cumprir qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão e não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis; (i) não declarar vencimento antecipado de contratos de financiamento de qualquer dívida financeira em valor igual, agregado ou superior a R\$ 10.000; (j) não reduzir o capital, exceto se (k) for previamente autorizado pelo debenturistas, (ii) ocorrer 3 (três) meses contados da data de aprovação da ANEEL, após a entrada em operação comercial e (ii) para absorver prejuízos; (l) não haver recuperação judicial ou decretar a sua falência; (m) não alterar o controle acionário, não realizar reorganização ou reestruturação societária sem prévia e expressa anuência dos debenturistas ou no caso do controle final (direto ou indireto) da Companhia não permanecer sob controle de empresas do grupo, e (n) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento e na escritura das debêntures.

## v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2024	2023
<b>Dívida bruta</b>		
Financiamento	852.938	818.548
Debêntures	144.514	140.202
<b>Caixa e equivalentes de caixa e TVM</b>		
Caixa e conta corrente	184	150
CDB	21.714	50.043
Fundo de investimento	22.341	20.610
<b>Dívida líquida</b>	<b>953.212</b>	<b>887.947</b>

### (c) Despesa antecipada

Refere-se aos gastos com comissão de fiança bancária necessários para a manutenção do financiamento. A Companhia solicitou a exoneração dessa fiança ao BNB e o pleito está sob análise.

## 13 PIS e COFINS diferidos

	2024	2023
PIS	24.681	24.273
COFINS	113.682	111.805
	<b>138.363</b>	<b>136.078</b>

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	2024	2023
Circulante	9.700	9.326
Não circulante	128.663	126.752
	<b>138.363</b>	<b>136.078</b>

## 14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Imposto de renda	131.544	119.237
Contribuição social	47.357	42.925
	<b>178.901</b>	<b>162.162</b>

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2024	2023	2024	2023
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	601.755	545.675	204.597	185.530
Prejuízo fiscal	(73.230)	(66.616)	(24.898)	(22.649)
Provisão para perda de crédito esperada	(936)	(705)	(318)	(240)
Provisões	(1.409)	(1.409)	(480)	(479)
	<b>526.180</b>	<b>476.945</b>	<b>178.901</b>	<b>162.162</b>

## 15 **Contingências**

---

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisão para as contingências e divulgar os passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui processos com prognóstico prováveis e possíveis de perda.

## 16 **Patrimônio líquido**

---

### (a) **Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 161.600 e R\$ 161.000, respectivamente, divididos em 161.600.000 (cento e sessenta e um milhões e seiscentos mil) e 161.600.000 (cento e sessenta e um milhões e seiscentos mil) ações ordinárias e nominativas, respectivamente, sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo Renováveis.

### (b) **Reserva de lucros**

#### i. **Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o valor destinado foi de R\$ 1.624 e R\$ 1.412, respectivamente.

#### ii. **Reserva de retenção de lucros**

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023 e Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 23.628 e R\$ 40.738, respectivamente, totalizando R\$ 64.366 como dividendos adicionais.

Conforme AGE realizada em 24 de outubro de 2024 e em 04 de fevereiro de 2025, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 35.989 e R\$ 34.011, respectivamente, totalizando R\$ 70.000 como dividendos adicionais.

#### iii. **Reserva de lucros a realizar**

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.3.

Conforme AGE realizada em 27 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 29.262 como dividendos adicionais.

#### iv. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica nos Estados do Ceará e Piauí. No dia 27 de dezembro de 2021 o Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), emitiu o Laudo Constitutivo nº 0273/2021, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2021 até 2031. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) fornecer informações à SUDENE; e (v) apresentar anualmente à Sudene a certidão de regularidade fiscal. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2024, não houve valores destinados à reserva, uma vez que a Companhia não apresentou lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2023 o montante destinado foi de R\$ 3.232.

#### (c) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 23.143 e 17.698, respectivamente.

#### (d) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi destinado o montante de R\$ 7.714 e R\$ 5.899, respectivamente.

## 17 Receita operacional líquida

		2024	2023
Remuneração do ativo		131.337	130.821
Receita de operação e manutenção		12.911	12.563
Ganho na RAP	(a)	12.476	12.161
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	(b)	-	(37.317)
Compartilhamento de infraestrutura	(c)	1.290	-
Parcela variável (indisponibilidade)		(180)	(435)
<b>Receita bruta</b>		<b>157.834</b>	<b>117.793</b>
Pis e Cofins correntes		(11.135)	(11.367)
Pis e Cofins diferidos		(2.284)	815
Encargos setoriais	(d)	(1.463)	(1.597)
<b>Deduções da receita</b>		<b>(14.882)</b>	<b>(12.149)</b>
		<b>142.952</b>	<b>105.644</b>

- (a) Refere-se a diferença entre a RAP projetada para fins de fluxo do ativo de contrato e a RAP realizada.
- (b) Veja nota explicativa 10.
- (c) Refere-se a receita de análise de projetos e comissionamento das instalações da transmissora, necessários ao compartilhamento.
- (d) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.103)	(1.111)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(360)	(486)
	<b>(1.463)</b>	<b>(1.597)</b>

## 18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

### (a) Custos operacionais

		2024	2023
Pessoal		(6.522)	(5.666)
Manutenção de subestação	(i)	(2.548)	(2.115)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(1.162)	(1.121)
Viagem e hospedagem		(520)	(404)
Assessorias e consultorias		(490)	(183)
Seguros		(473)	(736)
Material		(364)	(355)
Meio ambiente		(327)	(1.060)
Vigilância e segurança		(49)	(56)
Outros		(1.174)	(823)
		<b>(13.629)</b>	<b>(12.519)</b>

- (i) Refere-se a prestação de serviço de reparo na infraestrutura.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo, veja nota explicativa 21 (a).

### (b) Despesas operacionais

	2024	2023
Prestação de serviços administrativos	(374)	(333)
Pessoal	(208)	(224)
Outros	(111)	(114)
	<b>(693)</b>	<b>(671)</b>

## 19 Resultado financeiro

		2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	(a)	9.374	15.414
<b>Receitas financeiras</b>		<b>9.374</b>	<b>15.414</b>
Juros - debêntures		(15.221)	(14.233)
Juros - financiamento		(54.416)	(51.630)
Custo de transação - debêntures		(478)	(478)
Custo de transação - financiamento		(2.381)	(2.005)
Fianças bancárias	(b)	(15.335)	-
Outras despesas		(383)	(348)
<b>Despesas financeiras</b>		<b>(88.214)</b>	<b>(68.694)</b>
		<b>(78.840)</b>	<b>(53.280)</b>

- (a) A redução é relacionada ao saldo de caixa investido durante o exercício de 2024. No exercício de 2023, parte substancial dos dividendos foram pagos em dezembro. Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou o pagamento de dividendos ao longo do ano, nos meses de outubro e dezembro.
- (b) O montante relacionado ao custo da fiança estava sendo amortizado por meio do custo de transação, considerando a data prevista para o término das obrigações relacionadas às debentures. Após atendimento dessas obrigações, a Companhia solicitou a exoneração dessa fiança ao BNB. O pedido está em análise pelo BNB e o custo com a fiança incorrerá até sua exoneração.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

		2024	2023
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>49.221</b>	<b>37.858</b>
IR e CS à alíquota nominal de 34%		(16.735)	(12.872)
Incentivo fiscal - SUDENE	(a)	-	3.232
Outras exclusões (adições)		(5)	23
<b>IR e CS à alíquota efetiva</b>		<b>(16.740)</b>	<b>(9.617)</b>
Despesas de IR e CS corrente		-	(1.172)
Despesa de IR e CS diferido		(16.740)	(8.445)
Alíquota efetiva		34%	25%

- (a) Conforme descrito na nota explicativa 16 (b).

## 21 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2024	2023	2024	2023
Celeo (i)	O&M	IPCA	5 anos	2026	563	471	(1.162)	(1.121)

- i. Refere-se ao contrato com a Celeo Redes para a prestação de serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo está registrado na rubrica "Outros" - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 26 de fevereiro de 2020 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R\$ 910 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

### (b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

### (c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		6.314	8.291
Dividendos oriundos das reservas de lucros	16 (b)	87.698	93.628
Pagamento de dividendos		(94.012)	(101.504)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	7.714	5.899
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		7.714	6.314

## 22 Gestão de riscos financeiros

### (a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

#### i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

**ii. Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

**iii. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

**iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

**iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

**iv. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolso. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

#### (b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(5.287)	(3.965)	(2.643)
Financiamento	Aumento do IPCA	40.044	50.056	60.067
Debêntures	Aumento do IPCA	6.696	8.370	10.044

\*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12% e 4,89%) foi considerada conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025.

#### (c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			184	-	157	-
Títulos e valores mobiliários	8	Nível II	-	44.056	-	70.653
Concessionárias e permissionárias	9		11.601	-	10.957	-
<b>Ativos Financeiros</b>			<b>11.786</b>	<b>44.056</b>	<b>11.114</b>	<b>70.653</b>
Fornecedores	11		6.585	-	6.677	-
Financiamento	12		852.938	-	818.547	-
Debêntures	12		144.514	-	140.202	-
<b>Passivos Financeiros</b>			<b>1.004.037</b>	<b>-</b>	<b>965.426</b>	<b>-</b>

#### (d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos:

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	12	Nível II	144.514	125.552	140.202	133.097
			<b>144.514</b>	<b>125.552</b>	<b>140.202</b>	<b>133.097</b>

As debêntures são classificadas como “outros passivos financeiros ao custo amortizado” e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

## 23 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	283.957
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
D&O	31.07.2024 a 16.04.2025	50.000

\*\*\*

José Mauricio Scovino de Souza  
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata  
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8